



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**VICTOR GABRIEL LIMA MATOS**

**MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA:  
UMA ANÁLISE DA OBRA O SUBTERRÂNEO DO MORRO DO CASTELO, DE  
LIMA BARRETO**

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2025**

VICTOR GABRIEL LIMA MATOS

**MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA:  
UMA ANÁLISE DA OBRA O SUBTERRÂNEO DO MORRO DO CASTELO, DE  
LIMA BARRETO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, orientado pelo professor Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá, para obtenção do título de Licenciado em História.

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2025**

## **RESUMO:**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a obra *O Subterrâneo do Morro do Castelo*, de Lima Barreto, com ênfase na crítica à modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro durante a Belle Époque. A pesquisa insere-se no campo da História Cultural e busca compreender como o autor evidencia, por meio da ficção, os efeitos sociais e raciais das reformas urbanas, especialmente sobre as camadas populares e a população negra, frequentemente apagadas dos discursos oficiais de progresso. A partir da leitura da obra e da contextualização do momento histórico da Primeira República, o estudo examina como a narrativa revela os mecanismos de exclusão promovidos pelo projeto modernizador. Considerando ainda a trajetória de Lima Barreto — marcada por experiências de marginalização e racismo estrutural —, a análise propõe a literatura como espaço de denúncia, resistência e elaboração simbólica das desigualdades do período.

**Palavras-chave:** Lima Barreto. História cultural. História e literatura. Modernização urbana. Exclusão social. Belle Époque.

## **ABSTRACT:**

This study aims to analyze *O Subterrâneo do Morro do Castelo*, by Lima Barreto, with an emphasis on the critique of urban modernization in the city of Rio de Janeiro during the Belle Époque. The research is situated within the field of Cultural History and seeks to understand how the author, through fiction, exposes the social and racial effects of urban reforms, particularly on the lower classes and Black population, who were often erased from official narratives of progress. Drawing on the historical context of the First Brazilian Republic and a close reading of the novel, the study examines how the narrative reveals the mechanisms of exclusion embedded in the modernization project. Taking into account Lima Barreto's trajectory — marked by marginalization and structural racism — the analysis frames literature as a space of resistance, denunciation, and symbolic elaboration of the period's social inequalities.

**Keywords:** Lima Barreto. Cultural history. History and literature. Urban modernization. Social exclusion. Belle Époque.

## APRESENTAÇÃO

Neste trabalho, busco explorar a obra *O Subterrâneo do Morro do Castelo*, de Lima Barreto, à luz da modernização urbana do Rio de Janeiro durante a Belle Époque. Esta apresentação tem como objetivo contextualizar a análise que será desenvolvida: um exame das contradições sociais e raciais que emergem em meio às transformações urbanas e simbólicas promovidas pelas elites republicanas nas primeiras décadas do século XX. A escolha da obra não é repentina: nela, Barreto denuncia, por meio da ficção, os efeitos concretos de um modelo de progresso que excluía sistematicamente os pobres e os negros do espaço urbano e da ideia de modernidade. O projeto de modernização da capital federal, inspirado em modelos europeus, sobretudo nas reformas urbanas de Haussmann em Paris, visava transformar o Rio de Janeiro em uma cidade “civilizada”, alinhada aos padrões do mundo dito desenvolvido. No entanto, essa lógica se construiu por meio da remoção de cortiços, da repressão aos pobres e da valorização de práticas e estéticas eurocentradas, apagando modos de vida considerados indesejáveis.

As transformações urbanas no Rio de Janeiro — como a abertura da Avenida Central, as reformas sanitárias e as demolições de bairros inteiros — não podem ser analisadas apenas do ponto de vista arquitetônico ou técnico. Elas expressam uma visão de mundo e um projeto político de ordenamento social que visava afastar das áreas centrais aqueles considerados obstáculos ao “progresso”: trabalhadores informais, escravizados, migrantes pobres e a população negra em geral. A cidade foi reorganizada segundo critérios de higienização física e simbólica, e esse processo instaurou novas formas de marginalização espacial e subjetiva. É nesse cenário que a obra de Lima Barreto se insere como crítica contundente. Escrita por um autor negro, de origem humilde, cuja trajetória pessoal também foi marcada por exclusões e silenciamentos, *O Subterrâneo do Morro do Castelo* (2014) oferece um ponto de vista dissidente em relação ao discurso oficial da modernidade.

A proposta deste artigo é analisar de que maneira essa obra evidencia os custos sociais da modernização urbana, em especial seus impactos sobre os setores populares, e como mobiliza elementos narrativos que permitem acessar experiências históricas muitas vezes ausentes nos documentos oficiais. A escolha por Lima Barreto também se justifica pela relevância de sua obra para o debate historiográfico contemporâneo: seus escritos não apenas denunciam injustiças, mas também questionam as formas pelas quais certos sujeitos foram (e ainda são) sistematicamente excluídos dos projetos de nação, de

cidadania e de pertencimento à cidade. Assim, o estudo da literatura barretiana se apresenta como uma via importante para compreender as dinâmicas de exclusão e resistência que atravessam a história do Brasil urbano.

Do ponto de vista metodológico, adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos da História Cultural. Parte-se da compreensão de que a literatura é uma forma de produção simbólica situada historicamente, e que os textos literários podem ser lidos como documentos da experiência humana, expressando valores, conflitos e percepções de mundo. A análise proposta dialoga, sobretudo, com os aportes de Roger Chartier (2002), que destaca o papel das práticas de leitura e escrita na constituição de sentidos históricos; de Michel de Certeau (1994), cuja reflexão sobre os usos do espaço e as táticas de resistência cotidiana permite pensar os modos de viver e habitar a cidade; e de Carlo Ginzburg (1989), que propõe uma atenção aos vestígios e aos indícios como estratégia para acessar experiências históricas silenciadas. Essa perspectiva orienta a leitura da literatura como fonte, destacando suas dimensões simbólicas, suas formas de recepção e os sentidos sociais que mobiliza.

Esse referencial teórico-metodológico sustenta a articulação entre História e Literatura que orienta o artigo. O objetivo não é tratar a literatura como uma simples ilustração de eventos históricos, mas como uma forma legítima de conhecimento que dá acesso a dimensões subjetivas e sensíveis da experiência social. A análise literária, nesse caso, permite não apenas identificar os efeitos concretos da urbanização excludente, mas também compreender como esses processos foram vividos, narrados e ressignificados por aqueles que estavam à margem da cidade “moderna”. Nesse sentido, *O Subterrâneo do Morro do Castelo* é lido como um texto que tensiona a memória oficial da modernização carioca, evidenciando seus efeitos colaterais e denunciando os mecanismos de silenciamento impostos às camadas populares.

A estrutura do artigo está organizada em três partes. O primeiro discute a relação entre História e Literatura, examinando as contribuições e os desafios da leitura de obras literárias como fontes para a pesquisa histórica. A segunda parte apresenta a trajetória de Lima Barreto, destacando os condicionantes sociais e raciais que marcaram sua formação e atuação como intelectual negro na Primeira República, além de contextualizar sua produção crítica no ambiente da Belle Époque carioca. A terceira parte é dedicada à análise da obra *O Subterrâneo do Morro do Castelo*, com atenção especial à forma como a narrativa revela os impactos da modernização sobre os sujeitos racializados e

empobrecidos, problematizando os discursos de civilização e progresso que orientaram a política urbana do período.

Ao examinar essas camadas de exclusão inscritas na modernidade brasileira por meio da literatura, este artigo busca contribuir para o debate sobre as relações entre urbanização, racismo e desigualdade social. A obra de Lima Barreto, nesse contexto, permite compreender como os projetos de cidade e de nação foram construídos a partir da negação de determinadas histórias e modos de vida — uma exclusão que se manifesta não apenas no espaço urbano, mas também na forma como a história é contada.

## **RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA**

A História e a Literatura são duas formas de representação da realidade que, embora distintas em seus objetivos e métodos, compartilham a capacidade de narrar e interpretar o passado. A História, enquanto disciplina acadêmica, busca reconstruir e compreender os eventos a partir da análise crítica das fontes, organizando-os em uma narrativa coerente. Ainda assim, não se trata de uma ciência exata ou neutra: toda produção histórica é atravessada por interpretações que variam conforme os referenciais teóricos e os contextos sociais de quem escreve. A Literatura, por sua vez, ainda que opere no campo da ficção, também lida com o tempo, com as experiências humanas e com as formas de expressão cultural — revelando sentimentos, tensões sociais, valores e modos de vida que, muitas vezes, escapam aos registros oficiais (PESAVENTO, 2006).

O avanço da História Cultural, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, foi fundamental para reaproximar esses dois campos. Com ela, consolidou-se a crítica à ideia de uma historiografia objetiva, neutra e transparente, reforçando-se a noção de que toda escrita da história é também uma construção narrativa, situada historicamente e atravessada por disputas de sentido. Roger Chartier, um dos principais nomes dessa vertente, afirma que o historiador não “reproduz” o passado, mas o “reconstrói”, organizando fragmentos e vestígios em uma narrativa coerente e inteligível dentro de uma determinada lógica interpretativa (CHARTIER, 1990).

Michel de Certeau, por sua vez, propôs uma leitura da escrita da história como prática discursiva que recorta, seleciona e interpreta o real a partir de lugares de enunciação específicos. Em *A Escrita da História* (1974), ele afirma que “a escrita não

fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina. [...] Assim, pode-se dizer que ela faz mortos para que os vivos existam” (CERTEAU, 1982, p. 104). Nessa lógica, o texto literário torna-se um interlocutor privilegiado, pois muitas vezes é ele que dá forma ao que não foi documentado: sentimentos, conflitos cotidianos, afetos e imaginários sociais.

Essa atenção aos vestígios também está presente na obra de Carlo Ginzburg, especialmente quando propõe o “paradigma indiciário” como método de leitura do passado. Em textos como *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, Ginzburg compara o historiador a um detetive, que precisa seguir pistas sutis, indícios aparentemente marginais, para reconstruir experiências ocultas ou silenciadas (GINZBURG, 1989). Essa perspectiva é particularmente produtiva para a leitura da literatura como fonte histórica: o texto literário, ainda que ficcional, guarda traços da realidade de seu tempo, revelando marcas da experiência vivida por sujeitos e grupos que muitas vezes não deixaram registros documentais tradicionais. Nessa mesma direção, Roger Chartier (2002) destaca que os textos devem ser lidos como práticas sociais, atravessadas por disputas de sentido e modos de apropriação pelos leitores. Michel de Certeau (1982), por sua vez, enfatiza o caráter narrativo da escrita da história, chamando atenção para as vozes que permanecem à margem dos discursos oficiais. Já Jacques Rancière (2009) propõe pensar a literatura como um regime estético capaz de tornar visíveis sujeitos e experiências excluídas da partilha do sensível. Assim, ler um romance, um diário ou uma crônica pode se tornar um exercício de escuta atenta dos fragmentos de uma sensibilidade histórica, que emerge nas frestas do texto como testemunho de um tempo.

A literatura, então, não oferece “provas” factuais ao historiador, mas permite o acesso a formas de experiência que escapam aos registros institucionais. Como destaca Chartier (1990), o texto literário é uma prática social, produzida e recebida dentro de condições históricas específicas. Ele carrega marcas de seu tempo, mobiliza códigos culturais compartilhados e participa da construção de visões de mundo. Por isso, ao ser lido como fonte, deve ser analisado em sua materialidade, em seus modos de circulação e nas leituras que suscitou. A literatura não apenas reflete a sociedade, mas também a interroga e a reinventa.

Além disso, a literatura tem o poder de mobilizar subjetividades e afetos que frequentemente escapam aos documentos oficiais. Como apontam Pesavento (2003) e Burke (1992), o texto literário é uma forma de imaginação histórica, capaz de projetar

sentidos, valores e representações que moldam a forma como uma época se pensa e se sente. Nessa perspectiva, o historiador encontra na literatura um campo fértil para investigar formas de sociabilidade, narrativas de pertencimento, práticas culturais e visões de mundo que compõem o tecido histórico.

Exemplos concretos evidenciam como textos literários funcionam como documentos da sensibilidade histórica. As obras de Machado de Assis, por exemplo, como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Dom Casmurro* (1900), oferecem uma crítica fina às hipocrisias da elite do Segundo Reinado, à falsa meritocracia do liberalismo imperial e à persistência das estruturas escravistas. Sua ironia não apenas revela os limites do projeto civilizatório do século XIX, como também desestabiliza as narrativas triunfalistas de progresso. Para o historiador, esses romances não valem apenas por retratar contextos históricos, mas por revelarem tensões, ambiguidades e ideologias que atravessaram aquele tempo — e que muitas vezes se ocultam nos documentos oficiais.

Outro exemplo potente é a obra de Carolina Maria de Jesus, especialmente *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), em que a autora registra o cotidiano da fome, da pobreza e do racismo estrutural em São Paulo. Apesar de escrita em forma de diário, sua narrativa mobiliza recursos literários e desafia fronteiras entre autobiografia, testemunho e ficção. Para a História, esses escritos oferecem não apenas dados sobre a vida nas favelas, mas também uma chave para compreender como mulheres negras e pobres narraram suas próprias experiências, resistindo à invisibilidade social.

Mais recentemente, autores como Itamar Vieira Junior (*Torto Arado*, 2019) e Jeferson Tenório (*O Averso da Pele*, 2020) continuam essa tradição crítica, abordando temas como a violência policial, a herança da escravidão, os deslocamentos forçados e o racismo estrutural. Suas obras são atravessadas por uma reflexão sobre o passado e suas permanências no presente, e podem ser lidas como formas de elaboração histórica a partir da ficção. Embora contemporâneas, essas produções literárias se colocam como documentos da experiência histórica, desafiando o historiador a escutar outras vozes e outras formas de narrar o social.

Essa perspectiva exige, no entanto, que o historiador mantenha certos cuidados. A literatura não pode ser lida como uma fonte direta de fatos, mas como um conjunto de representações e construções simbólicas. O trabalho analítico deve levar em conta tanto o conteúdo da narrativa quanto suas formas estéticas, seus gêneros, seu estilo e os efeitos

de sentido que ela produz. Como lembra Jacques Rancière (2010), a literatura, assim como a arte em geral, opera uma redistribuição do sensível: torna visível o que estava invisível, audível o que permanecia calado, reconfigurando aquilo que pode ser visto, dito e pensado numa determinada época.

Assim, a aproximação entre História e Literatura não apaga as especificidades de cada campo, mas amplia o horizonte interpretativo do historiador. Ao incluir a literatura em sua análise, o historiador não busca certezas, mas complexidade: encontra outras formas de perceber o tempo, de acessar subjetividades e de reconstruir memórias. Como destacam Bentivoglio e Andrade (2023), investigar o texto literário é também investigar as condições de sua produção e recepção, seus contextos de circulação e os discursos que mobiliza — ou seja, é compreender sua historicidade.

É nesse horizonte que se insere a leitura da obra de Lima Barreto. Sua literatura, marcada por um olhar crítico sobre os processos de exclusão racial, social e urbana na Primeira República, não apenas denuncia as desigualdades de seu tempo, mas também oferece ao historiador pistas sobre as sensibilidades, os ressentimentos, as esperanças e os limites de uma modernidade construída sobre bases excludentes. Sua escrita permite acessar uma camada da experiência histórica que os documentos oficiais muitas vezes ignoram: aquela vivida nos subterrâneos da cidade, nas bordas da cidadania, entre os sujeitos que foram silenciados pelos projetos dominantes de nação.

## **LIMA BARRETO E A BELLE ÉPOQUE CARIOCA**

A virada do século XIX para o XX foi um momento de intensas transformações no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, então capital da República. Era o auge da chamada Belle Époque carioca, período em que o país buscava se reinventar à imagem da Europa — principalmente da França —, na tentativa de se mostrar moderno, civilizado e alinhado aos padrões internacionais. No entanto, por trás desse ideal de progresso escondiam-se profundas contradições de ordem social, racial e econômica, cujas consequências deixaram marcas duradouras na vida urbana e na organização da cidade.

Inspirado pelas reformas promovidas por Haussmann em Paris, o prefeito Pereira Passos (1902–1906) implementou um ambicioso plano de remodelação urbana, conhecido como “Bota Abaixo”. Esse processo, marcado pela violência simbólica e

material, envolveu demolições em larga escala, remoções forçadas e a reconfiguração do espaço central. Cortiços foram destruídos, e largas avenidas tomaram o lugar de vielas e ruas estreitas, anteriormente ocupadas pelas camadas populares. O discurso dominante era o da “higienização” e da civilidade, mas, na prática, tratava-se de remover a pobreza — em grande parte composta por negros e mestiços — dos espaços nobres da cidade. Empurrados para os morros e subúrbios, esses grupos foram afastados do centro, invisibilizados diante das elites e dos estrangeiros que visitavam a capital. O modelo adotado, embora apresentado como modernizador, era seletivo e excludente: favorecia os mais ricos e embranquecidos, enquanto marginalizava quem não se adequava ao projeto oficial de cidade. O ideário higienista, importado das ciências médicas e sanitárias europeias, foi instrumentalizado pelas autoridades como justificativa técnica para legitimar uma profunda reconfiguração social do espaço urbano.

Como analisa Nicolau Sevcenko (1984), essa modernização não se restringiu à paisagem física, mas estendeu-se ao controle dos corpos e dos comportamentos considerados indesejáveis pelas elites. A chamada “civilização dos costumes” implicava uma repressão sistemática aos pobres, negros e mestiços, entendidos como entraves ao ideal de uma cidade limpa, ordenada e saudável.

Esse abismo entre aparência e realidade, entre o brilho do progresso e a sombra da exclusão, despertou a atenção — e a crítica mordaz — de Lima Barreto. Nascido em 13 de maio de 1881, no Rio de Janeiro, Afonso Henriques de Lima Barreto era filho de João Henriques, tipógrafo do *Jornal do Commercio* e monarquista convicto, e de Amália Augusta, professora da rede pública e neta de pessoas escravizadas. Desde cedo, enfrentou dificuldades: a morte prematura da mãe e o adoecimento mental do pai o forçaram a abandonar a Escola Politécnica para sustentar a família como escriturário. Apesar dos obstáculos, desenvolveu uma intensa trajetória intelectual, pautada pelo autodidatismo, pela leitura constante e pela produção vigorosa de textos literários e jornalísticos. Inserido numa sociedade marcada por exclusões estruturais, especialmente de cunho racial, Lima Barreto trilhou um percurso solitário como intelectual negro — alguém que precisou, como tantos de sua época, buscar na educação um instrumento de mobilidade social e afirmação pessoal.

Florestan Fernandes observa que entre os negros houve uma “supervalorização da ‘instrução’ como fator de integração socioeconômica e de competição com os ‘brancos’”, com a crença de que ela era “a única via que pode dar ao ‘negro’ a consciência exata do

seu ‘valor’” (FERNANDES, 2021, n.p.). Essa observação ecoa com força na trajetória de Lima Barreto, cuja formação e inserção no campo intelectual foram marcadas pela luta constante contra os preconceitos raciais e sociais. Como ressalta Francisco de Assis Barbosa, “mais do que um complexo, a cor era uma barreira para a sua vocação de escritor. Tinha que transpô-la, mesmo que não conseguisse vencer o complexo” (BARBOSA, 2017, p. 144)

Lima Barreto foi marginalizado em diversas frentes. Negro, pobre e oriundo das camadas populares, sua presença incomodava uma elite letrada, branca e conservadora, que dominava os espaços acadêmicos e culturais da Primeira República. Enfrentou o racismo escancarado da época, bem como o desprezo dos círculos literários, voltados para os padrões estéticos do parnasianismo e do simbolismo. Sua prosa direta, crítica e voltada para os dramas sociais foi frequentemente taxada de inferior. Foi alvo de chacota em revistas especializadas e sistematicamente excluído das instituições culturais mais prestigiadas, como a Academia Brasileira de Letras, à qual tentou ingressar, sem sucesso. Ainda assim, permaneceu ativo como cronista, romancista e jornalista, colaborando com diversos periódicos — muitas vezes sob pseudônimos, para driblar a rejeição e assegurar a circulação de suas ideias.

Como ressalta Lilia Schwarcz (2017), em *Lima Barreto: Triste visionário*, o autor vivenciou em carne viva as promessas não cumpridas da República e da modernização. A população negra, embora formalmente livre, continuava alijada da cidadania plena. Lima Barreto era constantemente lembrado de seu “lugar social”, seja no mundo do trabalho, na imprensa ou no meio literário, onde predominavam intelectuais brancos que desprezavam sua postura crítica. Suas crises psíquicas e internações no Hospício Nacional de Alienados também revelam o impacto da exclusão e da violência simbólica sobre os que não se enquadravam no ideal normativo de sujeito republicano.

Francisco de Assis Barbosa, principal biógrafo de Lima Barreto, observa que o escritor “pertence à categoria dos autores que mais se confessam através de suas obras”, e recorda que o próprio Barreto teria dito certa vez que “tudo o que escrevia eram capítulos das suas memórias” (BARBOSA, 2017, p. 12). Essa leitura biográfica reforça o caráter profundamente autorreferencial de sua literatura, marcada por experiências pessoais de exclusão e por um olhar crítico sobre o Brasil da Primeira República. Sua obra denuncia com vigor o mito do progresso, expondo as fissuras do projeto republicano. Romances como *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Clara dos Anjos* e *O Subterrâneo*

*do Morro do Castelo* desmontam o discurso modernizador ao evidenciar como ele frequentemente operava como mecanismo de opressão.

Barreto observava atentamente as transformações da cidade. O Rio da Belle Époque, para ele, era um espaço dividido: de um lado, os bondes elétricos, as praças arborizadas e os palacetes; de outro, a precariedade invisibilizada, o subemprego, a vida à margem. *O Subterrâneo do Morro do Castelo* carrega no próprio título essa tensão entre o visível e o oculto. A destruição dos cortiços, a especulação imobiliária, os projetos de “embelezamento” e a expulsão das populações pobres revelam uma cidade que deixava de ser espaço coletivo para se tornar propriedade simbólica da elite branca e letrada. A futura demolição do Morro do Castelo — marco fundador da cidade — seria a expressão máxima desse processo: apagar o que incomoda para dar lugar ao que se pretende “civilizado”.

O “Bota Abaixo”, portanto, não foi apenas uma intervenção urbanística. Representou um projeto de memória seletiva. Ao demolir os espaços populares, apagava-se também a história de quem os habitava. Como sublinha Sidney Chalhoub (1996), a política urbana da época não apenas negligenciava a existência das classes populares, mas operava ativamente para torná-las invisíveis e indesejadas, associando pobreza à desordem, e desordem à doença. A cidade idealizada não era pensada para todos, mas para uma minoria que desejava “limpar” o passado e moldar uma paisagem urbana condizente com valores eurocêntricos.

Em oposição aos modismos literários dominantes, como o parnasianismo e o simbolismo, Lima Barreto optou por uma linguagem simples, direta, muitas vezes irônica e marcada pela urgência. Essa escolha era, ao mesmo tempo, estética e política. Queria se comunicar com aqueles que viviam os dramas retratados em seus textos. Enquanto muitos celebravam o “Rio moderno”, ele escancarava as contradições: o esquecimento, a dor, a exclusão. Sua literatura está repleta de personagens marginalizados — negros, mulheres pobres, funcionários frustrados, jovens sem perspectivas —, figuras invisibilizadas que ele traz para o centro da narrativa, rompendo com os ideais da República oligárquica.

A *Belle Époque* brasileira foi revestida por um verniz de civilização que, na verdade, ocultava uma estrutura social profundamente desigual. Como observa Lilia Schwarcz, “o contexto aqui era o da Primeira República brasileira, momento que prometeu a igualdade, mas entregou a exclusão social de largas partes da população”

(SCHWARCZ, 2017, p. 9). É nesse cenário que se destaca a obra de Lima Barreto, que, com sua escrita afiada e sensível, tornou-se uma das vozes mais lúcidas e desconcertantes de seu tempo — e, por isso mesmo, uma das mais necessárias.

## **O SUBTERRÂNEO DO MORRO DO CASTELO: ANÁLISE CRÍTICA**

*O Subterrâneo do Morro do Castelo*, escrito por Lima Barreto em 1905 e publicado apenas postumamente em forma de livro em 1997, é muito mais do que um simples romance. Trata-se de uma ficção engajada, uma escrita de combate que rejeita os ideais modernizantes da Belle Époque carioca e constrói, com lucidez e indignação, uma contranarrativa contada a partir dos que ficaram à margem. Os fragmentos que compõem a obra saíram originalmente entre abril e junho de 1905, nas páginas do jornal *Correio da Manhã*, o que já revela sua intenção clara de intervir no debate público da época. A escrita de Lima Barreto revela uma intenção clara de intervir no debate público, expondo desigualdades que o discurso oficial buscava encobrir.

Longe de simplesmente descrever as transformações urbanas do Rio de Janeiro, Lima Barreto tensiona essas mudanças. Ele expõe suas consequências mais duras, especialmente para os pobres, os negros, os mestiços — todos aqueles excluídos de um projeto de progresso construído sob aparências e discursos civilizatórios. O nome do “subterrâneo” do título não é casual: ele marca um espaço tanto físico quanto simbólico, onde se concentram os sujeitos que a cidade moderna prefere esconder.

A modernização aparece como o eixo em torno do qual gira a narrativa. Trata-se de uma modernidade feita de avenidas largas, morros escavados e praças iluminadas — mas também de memórias soterradas. Ao escolher o subsolo urbano como cenário e metáfora, Lima Barreto propõe uma inversão crítica: aquilo que se anuncia como progresso revela-se um espetáculo de superfície, montado para atender aos anseios da elite, enquanto oculta as marcas da exclusão. Nesse contexto, o centro da cidade foi transformado em “o foco de toda agitação e exibicionismo da burguesia arrivista: seu pregão, sua vitrine e seu palco”, ao passo que “o mundo do trabalho torna-se assim invisível para a sociedade burguesa” (SEVCENKO, 1999, p. 101-102). Ao dar visibilidade a personagens e cenários marginalizados, Barreto revela as contradições desse projeto modernizador e os sujeitos que ele marginaliza ou silencia.

A voz narrativa que atravessa *O Subterrâneo do Morro do Castelo* não pertence a um personagem nomeado ou plenamente desenvolvido, mas a uma figura ambígua, quase alegórica, que representa aqueles para quem a República significou pouco ou nada. Trata-se de um intelectual deslocado, talvez um espelho do próprio autor, que observa com amargura e lucidez um mundo que não o reconhece. Vive no subterrâneo, em todos os sentidos: está abaixo da cidade, mas também abaixo do radar social. E é desse lugar invisível que ele narra, com ironia e dor, as contradições da modernidade. Sua voz marginal contesta as narrativas triunfalistas do progresso e revela o que há de podre sob os alicerces da nova cidade.

Barreto constrói essa figura como um sujeito liminar, que habita um “não-lugar” tanto físico quanto social. Sua exclusão espacial reflete a exclusão simbólica daqueles que não cabem no ideal de civilização da Primeira República. A ausência de nome reforça sua condição de anonimato e universaliza sua experiência: ele é qualquer um dos muitos sujeitos apagados pela lógica modernizante. Ao mesmo tempo, há nele um gesto de resistência. Mesmo do subsolo, ele observa, interpreta e denuncia. Sua escrita é seu ato de insurgência.

Essa dimensão crítica ganha força em trechos como: “Estes fatos já estavam quase totalmente esquecidos, quando ontem novamente se voltou a atenção pública para o desgraçado morro condenado a ruir em breve aos golpes da picareta demolidora dos construtores da Avenida” (BARRETO, 2014, p. 2). Aqui, a linguagem sublinha o esquecimento e o abandono da história popular em nome de uma modernidade espetacular. O verbo “ruir” e a imagem da “picareta demolidora” evidenciam o tom de denúncia contra a destruição simbólica de espaços de memória coletiva.

Outro momento impactante ocorre quando o narrador descreve: “A turma de trabalhadores, em golpes isócronos brandiam os alviões contra o terreno multissecular, e a cada golpe, um bloco de terra negra se deslocava, indo rolar, desfazendo-se, pelo talude natural do terreno revolvido” (IBIDEM, p. 2). A cadência dos “golpes isócronos” remete à brutalidade metódica do processo de destruição, enquanto a “terra negra” evoca não apenas o solo, mas também a ancestralidade apagada, o passado afro-brasileiro sepultado pelas reformas.

A obra também revela uma percepção aguda sobre o papel das massas urbanas. No trecho: “Em torno, contida pela cerca de arame, apinhava-se a multidão sonhadora e desocupada” (BARRETO, 2014, p. 5), a multidão aparece como figura ambígua: está presente, mas impotente, contida e sonhadora, alienada do processo que a afeta. A “cerca de arame” simboliza tanto a barreira física quanto a separação entre o povo e o poder decisório. Há aqui uma crítica à passividade forçada de um povo alijado da esfera pública.

A dimensão política da narrativa é intensificada pela ironia, marca do estilo barretiano. No trecho em que o narrador se revolta: “numa terra em que todos são iguais, podem se apossar de objetos encontrados em terrenos do Estado encontrados quando se faziam escavações por conta desse mesmo Estado? Se assim é, mandemos plantar batatas a tal igualdade (...)” (BARRETO, 2014, p. 56), nota-se uma crítica mordaz ao falso discurso de igualdade republicana. A ironia, longe de suavizar a crítica, a intensifica — desmontando o discurso oficial com humor amargo.

Mas a crítica que atravessa a obra não é só social: é também profundamente racial. O projeto modernizador da Primeira República carregava consigo uma tentativa de branqueamento — simbólico, urbano, populacional. A cidade era redesenhada para parecer europeia, o que exigia não apenas a remoção de cortiços e becos, mas também da presença negra nos centros urbanos. Lima Barreto, enquanto homem negro e lúcido crítico do racismo estrutural brasileiro, transforma essa exclusão em matéria literária. A experiência de não pertencimento, o deslocamento físico e simbólico, a marginalização, aparecem com força em sua escrita. Como afirma Lilia Schwarcz, “se a dor da exclusão social e a realidade da humilhação das populações afro-brasileiras, mas também seus gestos, modos de viver e certo sentimento estético e religioso já faziam parte de seu projeto literário — que por vezes ele chamava de negrismo —, nesse momento a diferença viraria ressentimento e até mania de perseguição” (SCHWARCZ, 2017, p. 231).

A linguagem de *O Subterrâneo do Morro do Castelo* reforça essa dimensão. Direta, sem enfeites, próxima do tom das crônicas e do depoimento pessoal, ela aproxima o leitor do narrador. Há uma sensação de intimidade, mas também de incômodo: o texto acusa, ironiza e provoca. Não é uma ficção neutra, tampouco confortável. É, como diria Carlo Ginzburg, uma narrativa atravessada por indícios — marcas de uma experiência concreta que não se apagam com a ficcionalização. A obra se move entre gêneros: é

literatura, é memória, é quase jornalismo. Essa fluidez intensifica seu caráter político e a potência de sua denúncia.

Não se trata, aqui, de representar fielmente a sociedade, mas de desmontar as imagens construídas por ela. O *Subterrâneo* é exemplo claro de uma outra modernidade: não a dos salões elegantes, mas a das vielas, dos morros, dos becos esquecidos. Uma modernidade marcada pela ruptura, pelo desconforto, pela resistência.

Nesse sentido, a escolha do Morro do Castelo como espaço narrativo não é apenas geográfica, mas profundamente simbólica. Demolido entre 1920 e 1922, o morro representava um espaço de memória — colonial, negra, popular — cuja destruição física corresponde a um gesto de apagamento histórico. Ao ambientar parte da narrativa no subterrâneo desse morro, Barreto ressignifica o espaço como abrigo da memória rejeitada e território de resistência e denúncia. Esses espaços marginalizados eram “regiões desvalorizadas, por serem impróprias para construções, como os morros e os mangues”, que passaram a abrigar “os humildes, do Centro da cidade destinado a tornar-se sadio, ordeiro, asseado e exclusivamente burguês” (SEVCENKO, 1999, p. 83). Ao trazer esses espaços e sujeitos à cena literária, Barreto não apenas os registra: ele os transforma em resistência simbólica frente ao esquecimento imposto pela cidade modernizada.

Nesse sentido, a crítica formulada por Lima Barreto em *O Subterrâneo do Morro do Castelo* conserva plena atualidade. Os “subterrâneos” de hoje já não se localizam no antigo Morro do Castelo, mas persistem sob outras formas: nas periferias urbanas, nas favelas, nos cortiços, nos bairros precarizados e nos muitos espaços socialmente invisibilizados das metrópoles brasileiras. A lógica de exclusão que, no início do século XX, removia corpos negros e pobres do centro da cidade permanece operante nas práticas urbanísticas contemporâneas, ainda que sob novos discursos e estratégias — muitas vezes travestidas de modernização, revitalização ou segurança pública. O que se vê, em diferentes contextos, é a continuidade de políticas que seguem empurrando para fora os mesmos sujeitos historicamente marginalizados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A leitura crítica de *O Subterrâneo do Morro do Castelo*, de Lima Barreto, em articulação com a historiografia sobre a Belle Époque carioca, revelou a força singular da literatura como instrumento de resistência, denúncia e elaboração simbólica de experiências sociais sistematicamente invisibilizadas. Mais do que uma obra isolada, o texto se impõe como testemunho pungente das contradições de um projeto de modernização excludente que, sob o manto do “progresso”, promoveu a remoção violenta e silenciosa das populações pobres e negras dos espaços centrais da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, Lima Barreto emerge como uma voz dissonante e profundamente lúcida frente ao espetáculo modernizador encenado pelas elites da Primeira República. Sua escrita se inscreve como contranarrativa à retórica dominante, revelando os custos humanos e sociais da urbanização "civilizatória". A trajetória do autor — marcada pelo enfrentamento às desigualdades raciais e sociais, pela instabilidade financeira, e pela marginalização no campo literário — transparece com nitidez em sua obra. Seu protagonista, um homem à margem, esquecido e falido, não se reduz a uma criação ficcional: ele encarna o símbolo de toda uma coletividade empurrada para os subterrâneos da cidade e da própria história nacional.

Ao dar voz a esse sujeito invisível, Barreto não apenas denuncia a hipocrisia do discurso civilizatório, mas confronta diretamente o projeto político de embranquecimento e exclusão que moldou o Brasil pós-abolição. A literatura, nesse contexto, torna-se espaço privilegiado de subversão — um terreno fértil onde o não-dito adquire forma, e o invisível, visibilidade. A crítica social que emana da obra não se limita ao conteúdo: está entranhada na forma, no estilo, na recusa às convenções estéticas da literatura oficialista.

O tom irônico, a linguagem direta e amarga, a ausência de idealizações típicas da prosa celebratória revelam uma estética do desconforto. Trata-se de uma escrita que não busca agradar, mas inquietar; que rompe com a tradição literária dominante ao mesmo tempo em que desestabiliza as narrativas consolidadas sobre cidade, progresso e civilização. É precisamente nesse incômodo que reside a potência política de Lima Barreto — sua escrita fere, provoca, desacomoda.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que *O Subterrâneo do Morro do Castelo* ultrapassa os limites da denúncia histórica do passado. A obra opera como um espelho incômodo do presente. As questões mobilizadas por Barreto — o racismo estrutural, a

desigualdade urbana, o apagamento sistemático das culturas populares — permanecem dramaticamente atuais. A modernidade prometida continua inacessível para muitos. Os subterrâneos da cidade seguem vivos, agora ocultos nas periferias distantes, nas favelas, nas ocupações, nos corpos constantemente descartados pelo sistema. Ler Lima Barreto hoje é um gesto de atualização crítica: ele nos convoca a reconhecer as permanências da exclusão e os limites estruturais de um modelo de modernização que nunca se realizou de forma justa e plena.

Nesse sentido, a leitura de *O Subterrâneo do Morro do Castelo* insere-se em uma tradição crítica que questiona o mito da cidade civilizada e moderna, desvelando o avesso da Belle Époque: os escombros humanos sobre os quais se ergueram os bulevares, os palacetes e os símbolos do progresso. A modernidade, como sugere a obra, foi construída à custa de vidas descartadas — pobres, negras, doentes, "indesejáveis" — em nome de uma estética europeizada e de uma ordem social racialmente hierarquizada. Longe de ser redentora, essa modernização se revela seletiva, cruel e profundamente desigual.

Ao articular História e Literatura, este trabalho procurou evidenciar a importância de abordagens interdisciplinares para a compreensão dos processos históricos. Através da lente da História Cultural, foi possível reconhecer na ficção barretiana um conjunto de indícios, sensibilidades e vozes que escapam às narrativas oficiais. A literatura, nesse caso, não apenas complementa os documentos tradicionais: ela os tensiona, interroga, e por vezes, os desestabiliza. É uma outra forma de memória — feita de dor, de ironia, de ressentimento, mas também de resistência e lucidez.

Encerrar esta análise é reconhecer a importância de *O Subterrâneo do Morro do Castelo* como registro literário de um momento de profundas transformações no Rio de Janeiro. Através de uma narrativa marcada pela crítica e pela ironia, Lima Barreto oferece uma visão aguda das exclusões geradas pelo processo de modernização. Sua obra permanece relevante, tanto pelo valor estético quanto pela capacidade de provocar questionamentos sobre o passado e suas permanências.

Dessa forma, esta análise também sugere caminhos para pesquisas futuras. Outras obras de Lima Barreto podem ser exploradas como registros críticos do Brasil pós-abolição, ampliando o entendimento das tensões sociais de seu tempo. Estudos que articulem sua produção com outras fontes culturais da Belle Époque — literárias, jornalísticas ou visuais — também podem aprofundar a compreensão dos conflitos

simbólicos do período. Além disso, investigações comparativas com autores igualmente marginalizados podem revelar outras formas de resistência literária. Essas possibilidades contribuem não apenas para uma releitura do passado, mas também para a compreensão das formas de exclusão que ainda moldam a experiência urbana e social no presente.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, J. O. O “bota-abaixo” de Pereira Passos: transformação urbana como artifício civilizatório. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, v. 62, p. 155-174, 2022.
- ALMEIDA, Vitor. “O subúrbio desperta!”: da cidade fragmentada à *Belle Époque* suburbana carioca no espectro da revolução urbana (1902-1922). *Revista Angelus Novus*, n. 20, p. 224470–224470, 2024.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. Edição ilustrada. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1952.
- BARRETO, Lima. *O Subterrâneo do Morro do Castelo*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014.
- BARROS, José D’Assunção. História e literatura – novas relações para os novos tempos. *Revista de Artes e Humanidades*, n. 6, p. 1-27, 2010.
- BENTIVOGLIO, Julio; ANDRADE, Kelly Alves. *História & Literatura: o uso de obras literárias como fontes históricas*. Vitória: Editora Milfontes, 2023, p. 73-105.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, v. 3, n. 1, p. 94-109, 2010.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DE ASSIS BARBOSA, Francisco. *A vida de Lima Barreto (1881–1922)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DE CASADO LIMA, Natália Dias. A Belle Époque e seus reflexos no Brasil. *Anais da Semana de História*, 2017.

DIAS, Andreia Luiza; SILVEIRA, Nara Niceia CBG; DA SILVA SILVEIRA, Julienne. Belle Époque brasileira: imigração e raça. *Humanidades & Inovação*, v. 9, n. 7, p. 37-47, 2022.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021. E-book.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HARDMAN, Francisco Foot. *A ideologia paulista e os eternos modernistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2023.

NOGUEIRA, Clara Asperti. Lima Barreto – sensibilidade e percepção crítica. *Contexto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES*, n. 19, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: as fronteiras e os diálogos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11–26, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; MOTTA, Marly Silva da. O “bota-abaixo” revisitado: o executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista Rio de Janeiro*, v. 10, p. 5-40, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2018.